



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

PROPOSTA n.º 822 /2013

Concurso Público, com Publicidade Internacional, para “Aquisição de Serviços de Limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais”

Processo n.º 31/CPI/CCM/DP/2013

Sumário: Aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final

Deliberação de adjudicação

Autorização da notificação da decisão de adjudicação

Delegação de poderes no Senhor Presidente para aprovação das minutas dos contratos e a sua outorga

Submissão à Assembleia Municipal da autorização para assunção dos compromissos plurianuais

Considerando que:

A. Pela Proposta n.º 247/2013, aprovada em reunião realizada no dia 27 de março, a Câmara Municipal deliberou:

- Contratar a aquisição de serviços de limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais, bem como dois bancos de horas, por um período máximo de 36 (trinta e seis) meses, mediante um procedimento pré-contratual de concurso público com publicidade internacional, composto por 12 (doze) Lotes, ao qual foi atribuído a denominação n.º 31/CPI/CCM/DP/2013;
- Autorizar a realização da despesa inerente ao contrato;
- Aprovar as peças do procedimento;
- Designar os membros do Júri do procedimento;
- Delegar competências no Júri do procedimento;
- Submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a repartição de encargos relativa à despesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

B. Na Reunião da Assembleia Municipal de 30 de de abril de 2013, foi aprovada a repartição de encargos inerente à despesa para a aquisição dos serviços em causa, em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

C. O referido concurso público foi publicitado em 9 de maio de 2013 no Diário da República, II Série, n.º 89 (Aviso n.º 2279/13) e em 11 de maio de 2013 no Jornal Oficial da União Europeia (2013/S 091-155307);

D. A tramitação do concurso público em apreço decorreu à luz do Código dos Contratos Público (doravante CCP), tendo sido cumpridas todas as formalidades e demais disposições legais aplicáveis e que, em 27 de setembro de 2013, o Júri do procedimento elaborou o competente Relatório Final, devidamente fundamentado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148.º do CCP;

E. A aquisição dos serviços de limpeza tem a duração de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da outorga do contrato, e o encargo total da despesa com a adjudicação, nos 12 Lotes, é de 9.691.790,64€ (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil, setecentos e noventa euros e sessenta e quatro centimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, no montante de 2.229.111,85€ (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, cento e onze euros e oitenta e cinco centimos), perfazendo o montante total de 11.920.902,49€ (onze milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e dois euros e quarenta e nove centimos);

F. A despesa referida no ponto anterior se enquadra e tem cabimento na classificação orçamental 04.04 / 02.02.02 do Orçamento em vigor e tem a estimativa de execução financeira, nos anos económicos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nos seguintes termos:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

Lote	Concorrente	Preço Contratual		Custo mensal	C/IVA			
		S/IVA	C/IVA		2013 (de 1 a 31 de dezembro)	2014 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro)	2015 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro)	2016 (de 1 de janeiro a 30 de novembro)
1	ISS Facility	888 327,56 €	846 642,90 €	23 517,86 €	23 517,86 €	282 214,30 €	282 214,30 €	258 696,44 €
2	Elitomar	1 492 500,36 €	1 635 775,44 €	50 993,76 €	50 993,76 €	611 925,15 €	611 925,15 €	560 931,39 €
3	Euromex	837 600,12 €	1 030 248,15 €	28 618,00 €	28 618,00 €	343 416,05 €	343 416,05 €	314 798,05 €
4	Euromex	824 400,36 €	1 014 012,44 €	28 167,01 €	28 167,01 €	338 004,15 €	338 004,15 €	309 837,14 €
5	Euromex	1 592 400,12 €	1 958 652,15 €	54 407,00 €	54 407,00 €	652 884,05 €	652 884,05 €	598 477,05 €
6	Elitomar	730 692,00 €	898 751,16 €	24 965,31 €	24 965,31 €	299 583,72 €	299 583,72 €	274 618,41 €
7	Elitomar	721 250,04 €	887 137,55 €	24 642,71 €	24 642,71 €	295 712,52 €	295 712,52 €	271 089,81 €
8	ISS Facility	652 348,44 €	802 368,58 €	22 288,57 €	22 288,57 €	267 462,86 €	267 462,86 €	245 174,29 €
9	ISS Facility	854 291,52 €	1 050 778,57 €	29 188,29 €	29 188,29 €	350 259,52 €	350 259,52 €	321 071,23 €
10	Euromex	1 212 000,12 €	1 490 780,15 €	41 410,00 €	41 410,00 €	496 920,05 €	496 920,05 €	455 510,05 €
11	Safira	21 630,00 €	26 604,90 €	739,03 €	739,03 €	8 868,30 €	8 868,30 €	8 129,28 €
12	Saniambiente	64 350,00 €	79 150,50 €	2 198,63 €	2 198,63 €	26 383,50 €	26 383,50 €	24 184,68 €
TOTAL		9 891 790,64 €	11 920 902,49 €	331 136,18 €	331 136,18 €	3 973 634,16 €	3 973 634,16 €	3 642 497,98 €

G. Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º do CCP, a decisão de contratar e de escolha do procedimento foram devidamente autorizadas;

H. A repartição de encargos foi previamente autorizada pela Assembleia Municipal, em cumprimento dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

I. O procedimento de concurso público decorreu de acordo com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis (artigos 130.º e seguintes do CCP);

J. Nos termos do artigo 25.º do Programa de Procedimento e do n.º 1 do artigo 88.º do CCP é exigível o pagamento de caução, exceto quanto ao Lote 11;

K. Em cumprimento do artigo 27.º do Programa do Procedimento e do artigo 94.º do CCP, os contratos a celebrar devem ser reduzidos a escrito;

L. A competência para deliberar em matéria de contratação de aquisição de serviços é da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º, todos do CCP e da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento do Orçamento da CML, atentas as disposições conjugadas das alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicáveis por força da alínea f) do n.º 1



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;

M. Está subjacente à contratação no âmbito do presente concurso público a assunção de compromissos plurianuais, o que carece de autorização prévia por parte da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro;

N. Por força do disposto nos artigos 98.º, n.º 1 e 106.º, n.º 1 do CCP, a competência para aprovação da minuta do contrato e para a representação na outorga do contrato é do órgão com competência para a decisão de contratar, “in casu” a Câmara Municipal, por força do preceituado no n.º 1 do artigo 36.º do CCP conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 16.º do Regulamento do Orçamento da CML, com a alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e com as alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O. De acordo com a norma habilitante contida no artigo 109.º do CCP, as competências para aprovação da minuta do contrato e para sua outorga podem ser objeto de delegação.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

1. Aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final, elaborado pelo Júri do Procedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;

2. Adjudicar, sob condição de autorização pela Assembleia Municipal da assunção dos respetivos compromissos plurianuais, **os Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, para aquisição de serviços de limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais**, nos seguintes termos:

2.1 O Lote 1 à proposta do **concorrente n.º 11, “ISS Facility Services, Lda.”**, pelo preço contratual de 688.327,56€ (seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e vinte e sete euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

158.315,34€ (cento e cinquenta e oito mil, trezentos e quinze euros e trinta e quatro centimos), perfazendo o montante total de 846.642,90€ (oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois euros e noventa centimos);

2.2 O Lote 2 à proposta do concorrente n.º 6, “Elitomar – Serviços de Limpezas Domésticas e Industriais, Lda.”, pelo preço contratual de 1.492.500,36€ (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos euros e trinta e seis centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 343.275,08€ (trezentos e quarenta e três mil, duzentos e setenta e cinco euros e oito centimos), perfazendo o montante total de 1.835.775,44€ (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco euros e quarenta e quatro centimos);

2.3 O Lote 3 à proposta do concorrente n.º 15, “Euromex – Facility Services, Lda.”, pelo preço contratual de 837.600,12€ (oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos euros e doze centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 192.648,03€ (cento e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e oito euros e três centimos), perfazendo o montante total de 1.030.248,15€ (um milhão, trinta mil, duzentos e quarenta e oito euros e quinze centimos);

2.4 O Lote 4 à proposta do concorrente n.º 15, “Euromex – Facility Services, Lda.”, pelo preço contratual de 824.400,36€ (oitocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos euros e trinta e seis centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 189.612,08€ (cento e oitenta e nove mil, seiscentos e doze euros e oito centimos), perfazendo o montante total de 1.014.012,44€ (um milhão, catorze mil e doze euros e quarenta e quatro centimos);

2.5 O Lote 5 à proposta do concorrente n.º 15, “Euromex – Facility Services, Lda.”, pelo preço contratual de 1.592.400,12€ (um milhão, quinhentos e noventa e dois mil, quatrocentos euros e doze centimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 366.252,03€ (trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e dois euros e três centimos), perfazendo o montante total de 1.958.652,15€ (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e quinze centimos);

2.6 O Lote 6 à proposta do concorrente n.º 6, “Elitomar – Serviços de Limpezas Domésticas e Industriais, Lda.”, pelo preço contratual de 730.692,00€ (setecentos e trinta mil, seiscentos e noventa e dois euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 168.059,16€ (cento e sessenta e oito mil e cinquenta e nove euros e dezasseis



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

cêntimos), perfazendo o montante total de 898.751,16€ (oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e um euros e dezasseis cêntimos);

2.7 O Lote 7 à proposta do concorrente n.º 6, “Elitomar – Serviços de Limpezas Domésticas e Industriais, Lda.”, pelo preço contratual de 721.250,04€ (setecentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta euros e quatro cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 165.887,51€ (cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos), perfazendo o montante total de 887.137,55€ (oitocentos e oitenta e sete mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos);

2.8 O Lote 8 à proposta do concorrente n.º 11, “ISS Facility Services, Lda.”, pelo preço contratual de 652.348,44€ (seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 150.040,14€ (cento e cinquenta mil e quarenta euros e catorze cêntimos), perfazendo o montante total de 802.388,58€ (oitocentos e dois mil, trezentos e oitenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos);

2.9 O Lote 9 à proposta do concorrente n.º 11, “ISS Facility Services, Lda.”, pelo preço contratual de 854.291,52€ (oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa e um euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 196.487,05€ (cento e noventa e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e cinco cêntimos), perfazendo o montante total de 1.050.778,57€ (um milhão, cinquenta mil, setecentos e setenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos);

2.10 O Lote 10 à proposta do concorrente n.º 15, “Euromex – Facility Services, Lda.”, pelo preço contratual de 1.212.000,12€ (um milhão, duzentos e doze mil euros e doze cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 278.760,03€ (duzentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta euros e três cêntimos), perfazendo o montante total de 1.490.760,15€ (um milhão, quatrocentos e noventa mil, setecentos e sessenta euros e quinze cêntimos);

2.11 O Lote 11 à proposta do concorrente n.º 14, “Safira – Facility Services, S.A.”, pelo preço contratual de 21.630,00€ (vinte e um mil, seiscentos e trinta euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 4.974,90€ (quatro mil, novecentos e setenta e quatro euros e noventa cêntimos), perfazendo o montante total de 26.604,90€ (vinte e seis mil, seiscentos e quatro euros e noventa cêntimos);



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

2.12 O Lote 12 à proposta do **concorrente n.º 5, “Saniambiente – Serviços Profissionais de Limpeza, Lda.”**, pelo preço contratual de 64.350,00€ (sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23% no montante de 14.800,50€ (catorze mil e oitocentos euros e cinquenta cêntimos), perfazendo o montante total de 79.150,50€ (setenta e nove mil, cento e cinquenta euros e cinquenta cêntimos).

3. **Autorizar a realização das notificações da decisão de adjudicação**, nos termos e para os efeitos consagrados no artigo 77º do CCP;

4. **Delegar no Senhor Presidente a competência para aprovação das minutas dos contratos e a sua outorga**, nos termos do artigo 109.º, n.º 1 do CCP e do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo.

5. **Submeter à Assembleia Municipal** a autorização da assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nos termos melhor explanados no considerando F e no n.º 2 supra, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º. 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro;

Lisboa, 7 de Novembro de 2013.

O Vereador,

(Fernando Medina)



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

DMF
Dep. n.º 822/2013
FS

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 31.10.2013

Nº

1145A /2013

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

INF/280/DMF/CCM/DGCC/13

5313004427

320.488,46 €

320.488,46 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na N04.04

320.488,46 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 9 de Outubro de 2013

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2013
Data Lanç.: 24.09.2013
Data Doc.: 23.09.2013
Doc. Origem: 288/CCM/DGCC/13
Descrição: AQUISIÇÃO SERVIÇOS LIMPEZA - CPU
Orgânica: N04.04 Central de Compras Municipal
Funcional: _____

Nº Cabimento: 5513000193
NUP: 513000057

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.02.02	EXTRAPLANO	5.816.452,00	352.374,00-	5.464.078,00	1.443.291,78	3.565.123,36	455.662,86	153.750,00	301.912,86
	Totais	5.816.452,00	352.374,00-	5.464.078,00	1.443.291,78	3.565.123,36	455.662,86	153.750,00	301.912,86

Total do Valor Cabimentado 153.750,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____
Contrato Escrito _____
Visto Tribunal de Contas _____
Comunicação Adicional T. C. _____

Exigido	[]	Não Exigido	[]
Exigido	[]	Não Exigido	[]
Exigido	[]	Não Exigido	[]

FOLHA 920.
P-311CPI/CCM/DP/13

Prop. N.º 822/2013
Fe

Data: 24.09.2013	Hora: 12:58:46	Util: MJOLIVEIRA	Visto
Pág: 1 / 1			



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2013

Data Lanç.: 24.09.2013

Data Doc.: 24.09.2013

Doc. Origem: PROPOSTA

Descrição: INF288/DMF/CCM/DGCC/13- P/ ABERTURA DE CPU

Orgânica: N04.04 Central de Compras Municipal

Nº Cabimento: 5313003638 / 001

Nº Modificação: 0001

NUP: 613001990

Diminuição de Cabimento

Funcional: _____

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.02.02	EXTRAPLANO	5.816.452,00	352.374,00-	5.464.078,00	1.443.291,78	3.718.873,36	301.912,86	153.750,00-	455.662,86
	Totais	5.816.452,00	352.374,00-	5.464.078,00	1.443.291,78	3.718.873,36	301.912,86	153.750,00-	455.662,86

Total do Valor Cabimentado 645.647,50

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Exigido []

Exigido []

Exigido []

Não Exigido []

Não Exigido []

Não Exigido []

FOLHA 9/9-

P-31/CP1/CCM/DP/13

IMP. Nº 822/2013

Data: 24.09.2013

Hora: 12:45:05

Pág: 1 / 1

Util: MJOLIVEIRA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



FOLHA 909 -

P-31/CPI/CCM/DP/13

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

DRCCM
Prop. n.º 822/2013
Fis. _____

Concurso público com publicidade internacional para: "Aquisição de serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais" - Processo n.º 31/CPI/CCM/DP/2013. _____

ATA

RELATÓRIO FINALÍSSIMO

1. Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de Dois Mil e Treze, reuniu na Divisão de Procedimentos, da Direção Municipal de Finanças, da Câmara Municipal de Lisboa, sita no Campo Grande 25, 9.º A, nesta Cidade de Lisboa, o Júri do Procedimento designado por Deliberação tomada pela Câmara Municipal de Lisboa datada de 27 de março de 2013, sob proposta da Senhora Vereadora Dra. Maria João Mendes (*Proposta n.º 247/2013 de 27 de março de 2013*), para conduzir o procedimento adjudicatório supra identificado, composto por Mafalda Cayolla (CCM/DP) que presidiu; e pelas vogais Cristina Miguel (Técnica Superior - CCM/DGCC) e Maria da Conceição Marques (CCM/DGCC). _____

2. A reunião do Júri teve como objetivo a elaboração do Relatório Finalíssimo do procedimento supra referenciado, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (*adiante designado abreviadamente apenas por CCP*), aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02/10, que o republicou, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04 e pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, no disposto no artigo 16.º e 17.º do Programa do Procedimento (*adiante PP*). _____



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

3. Importa proceder à descrição sumária dos factos relevantes da tramitação do presente procedimento. -----

I - Da Tramitação do Procedimento

Os factos relevantes do presente procedimento constam essencialmente de dois documentos, a saber : -----

a) do Relatório Preliminar, elaborado pelo Júri no dia 02/09/2013, inserido no mesmo dia na plataforma eletrónica "SaphetGov" ; -----

b) e do Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, elaborado pelo júri no dia 20/09/2013, inserido no mesmo dia na plataforma eletrónica "SaphetGov", ----- documentos para os quais se remete e se dão aqui por integralmente reproduzidos. ---

II - Das Duas Audiências Prévias

1. O Júri submeteu a audiência prévia o inicial relatório preliminar de 02/09/2013, tendo-se pronunciado vários concorrentes, conforme lista constante do quadro infra: -----

CONCORRENTE	DATA E HORA
Elitomar - Serviços de Limpeza Domésticas e Industriais, Lda.	04/09/2013 - 11:17:46
Skyclean - Multiservices, SA	06/09/2013 - 13:49:16
Ambiente e Jardim II - Multiservices, SA	06/09/2013 - 19:26:39
Euromex - Facility Services, Lda.	09/09/2013 - 12:27:33
Safira Facility Services, SA	09/09/2013 - 15:49:49
ISS Facility Services, Lda.	09/09/2013 - 20:05:53

2. Apesar de nenhuma daquelas pronúncias ter merecido acolhimento por parte do Júri, pelos motivos que constam devidamente explanados do Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, no entanto, o Júri, por ter detetado, oficiosamente, um erro na ordenação das propostas no lote 12, deliberou sujeitar a segunda audiência prévia dos



FOLHA 999 -
P-311CCP1/CCM/DP/13

Handwritten signature and initials

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

concorrentes o já mencionado relatório final, nos termos, aliás, do disposto no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, porquanto resultou alterada a ordenação dos concorrentes no lote em questão. -----

2. No âmbito da segunda audiência prévia pronunciaram-se os concorrentes que se identificam no quadro *infra* : -----

CONCORRENTE	DATA E HORA
Ambiente e Jardim II - Multiservices, SA	26/09/2013 - 17:27:12
ISS Facility Services, Lda.	27/09/2013 - 14:21:02

3. De acrescentar e salientar que no primeiro caso se trata de **uma pronúncia**, enquanto no segundo caso está em causa **um recurso hierárquico** deduzido ao abrigo do disposto no artigo 270.º do CCP, dirigido à entidade com competência para contratar que, no caso em apreço, é o Executivo Camarário. -----

III - Da Pronúncia Deduzida no Âmbito do Relatório Final sujeito a
Audiência Prévia e Da Proposta de Decisão do Júri

1. O Júri analisou as observações produzidas por aqueles dois concorrentes acerca do teor do relatório final sujeito a Audiência Prévia nos termos que abaixo se reproduzem : -----

Da Pronúncia deduzida pelo Concorrente Ambiente e Jardim II - Multiservices, SA: -----

Exmo. Júri do concurso,

A Ambiente & Jardim vem por este meio Reclamar a intenção de exclusão no Relatório Final com Audiência Prévia ao concurso in casu, o que o faz de acordo com os seguintes termos e demais fundamentos:

1º Na análise, o Júri do concurso seguiu pressupostos errados ao considerar que o número de trabalhadores indicado era em permanência no local durante o período máximo para cada horário fixado.



100111/17
P-311CPI/CCM/DP/13
CC
C3

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

2º Em fase de esclarecimentos, o Júri do concurso mencionou em diversas respostas, que os concorrentes podiam "apresentar um número de trabalhadores igual, superior ou inferior conforme tiver por mais conveniente".

3º Na ausência do pedido de carga horária nas notas justificativas de preço exigidas em CE, não é possível o Júri do concurso, por exemplo, determinar qual a carga horária diária de 2 trabalhadores num período de 6 horas diárias.

4º Sendo que, neste caso, o máximo de carga horária possível seria de 12 horas diárias, pode no entendimento do concorrente, determinar que o horário diário de trabalho seja dividido entre 3 e 6 horas diárias por forma a dar cumprimento integral dos planos de limpeza, garantir a permanência de pelo menos um trabalhador durante esse período de trabalho, mas perfazendo apenas um total de 9 horas diárias.

5º No entanto, pelos planos de limpeza e os horários fixados serem vinculativos, seria apenas necessário um trabalhador em permanência no local num total de 6 horas diárias para cumprir com os requisitos do CE, mesmo que fosse insuficiente para desempenhar as tarefas exigidas pela experiência do concorrente.

6º Caso fosse já intenção do Município de Lisboa apurar o valor mínimo legal admissível no cumprimento integral de todos os requisitos legais, deveria então ter exigido a carga horária proposta por cada concorrente em CE e não apenas valores totais por local.

7º É imprudente para o Júri do concurso determinar que uma proposta apresenta um custo abaixo do valor legal sem que tenha fundamentos objectivos e concretos para suportar essa decisão.

8º O objecto deste concurso é a limpeza dos espaços do Município de Lisboa de acordo com os planos de limpeza definidos pelo Município. Tratando-se de interesses públicos, não é possível acatar a decisão de exclusão de propostas válidas que tenham valores globais abaixo do 1º classificado, quando o único e exclusivo critério de adjudicação é o mais baixo preço.

Não havendo motivos para exclusão com base nos fundamentos acima mencionados, ademais se requer ao Exmo. Júri do concurso que admita a nossa proposta, assim devendo ser reordenada a classificação das empresas concorrentes, por provados que se encontram os argumentos da presente reclamação, edificados em elementos de análise objectivos e concretos, assim se coadunando o presente concurso com o Princípio da Legalidade através da aplicação prática do Princípio da Boa Administração, de cariz primordial num Estado de Direito Democrático, em consonância com o Princípio da Igualdade na sua vertente distributiva, assim prosseguindo e garantindo a satisfação do Interesse Público.

Com os melhores cumprimentos,

A Administração

Em face do teor da pronúncia atrás transcrita, o Júri, por deliberação unânime, não adere àquela argumentação, porquanto os motivos pelos quais os concorrentes foram



Handwritten signature and initials, including 'c9'.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

chamados a uma segunda audiência prévia se prendem tão-somente com as alterações que entretanto foram introduzidas no âmbito do Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, para o qual se remete e se dá aqui por integralmente reproduzido. —

De realçar que no âmbito daquele último Relatório o Júri não atendeu a nenhuma das seis pronúncias que haviam sido deduzidas, tendo fundamentado de facto e de direito os motivos subjacentes à sua decisão. —

Ora, o concorrente atrás identificado vem agora, novamente, em sede de segunda audiência prévia, alegar os mesmos motivos, o que não pode acontecer por se tratar de matéria já decidida no âmbito das competências atribuídas aos presentes elementos do júri. —

Obviamente que, por esse mesmo motivo, não pode e não deve o Júri, porque assim impossibilitado juridicamente, voltar a analisar matéria que já foi alvo de decisão anterior, sob pena de, se assim viesse a acontecer, se pudessem adiar sine die decisões de adjudicação nos procedimentos pré-contratuais. —

Efetivamente, o concorrente em questão não apresenta qualquer facto e/ou argumento novo face à pronúncia anterior apresentada em sede de audiência prévia ao Relatório Preliminar, pelo que o Júri, por unanimidade, reitera todo o vertido no Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, confirmando a sua anterior Deliberação. ---

2. No que se refere ao Recurso Hierárquico deduzido pelo concorrente ISS Facility Services, Lda. por se tratar de matéria da competência do Executivo Camarário, não detém o presente Júri competência para proceder á sua apreciação, pelo que não o fará nesta sede, relegando o assunto para o órgão competente.-----

IV – Da Remessa do Processo ao Órgão Competente para a Decisão de contratar

1. Para efeito do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do CCP, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a aprovação das propostas contidas no Relatório Final sujeito a Audiência Prévia, nomeadamente para efeitos de adjudicação às propostas ordenadas



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

em primeiro lugar nos vários lotes postos a concurso, de acordo com o critério da proposta de mais baixo preço, como previsto no artigo do programa do procedimento.-----

2. Por fim, deliberou ainda o Júri, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 148.º do CCP, remeter o presente Relatório Finalíssimo, Relatório Final sujeito a Audiência Prévia e o Relatório Preliminar e demais documentos que compõem o Processo n.º 31/CPI/CCM/DP/2013 designado por "Aquisição de Serviços de Limpeza em Edifícios, Instalações e Eventos Municipais", ao órgão competente para a decisão de contratar, *in casu*, o Exmo.Executivo Camarário, para decidir o que nele é proposto.---

V - Do Encerramento da Reunião

Cumpridas as demais formalidades e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, pelas quinze horas, tendo sido lavrada a presente ata que foi rubricada e assinada pelos membros do Júri do Procedimento *ut retro* identificados. --

O Júri do Procedimento,

A Presidente,

Mafalda Cayolla (CCM/DP)

A Vogal,

Cristina Miguel (Técnica Superior - CCM/DGCC)

A Vogal,

Maria da Conceição Marques (CCM/DGCC)



822/2013

823/2013

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.11.2013

Nº 1218A /2013

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

INF/280/DMF/CCM/DGCC/13	5313004427	320.488,46 €
INF/292/DMF/CCM/DGCC/13	5313003638	331.136,18 €
		651.624,64 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na N04.04

651.624,64 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 4 de Novembro de 2013

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 13 de novembro de 2013, o voto de congratulação, os votos de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da Acta nº 180/2013;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2PCP) e 6 abstenções (2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 814/2013

(Subscrita pela Sra. Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, bem como atribuir eficácia a partir de 24 de outubro de 2013, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PCP), e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 815/2013

(Subscrita pela Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a cessação de funções do Diretor Municipal de Cultura, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 821/2013

(Subscrita pela Sra. Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar o Relatório Final e a Adjudicação no Concurso público com publicidade internacional para a aquisição de serviços de fornecimento de refeições transportadas (“catering”) às escolas básicas do 1º ciclo e aos jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa – Processo n.º 14/CPI/CCM/DP/2013 -, nos termos da proposta proposta;

(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (8PS, 2Ind. e 2PCP) e 3 abstenções (2PPD/PSD, 1CDS/PP)).

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro não participou na discussão nem na votação.

Proposta n.º 822/2013

(Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar as propostas contidas no Relatório Final e adjudicar o Concurso Público, com Publicidade Internacional, para “Aquisição de Serviços de Limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais”, bem como submeter à Assembleia Municipal a autorização para assunção dos compromissos plurianuais (Proc. 31/CPI/CCM/DP/2013), nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2Ind.) e 5 abstenções (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP))

Proposta n.º 823/2013

(Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar as propostas contidas no Relatório Final e adjudicar o Concurso Público, com publicidade internacional, para “Aquisição de Serviços de Vigilância Humana e Eletrónica para as Instalações do Município de Lisboa” bem como submeter à Assembleia Municipal a autorização para assunção dos compromissos plurianuais (Proc. Nº 34/CPI/CCM/DP/2013), nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 10 votos a favor (8PS e 2Ind), 2 votos contra (PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro não participou na votação.

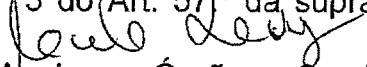


C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Voto de Pesar n.º 14/2013 (Subscrito pela Câmara)

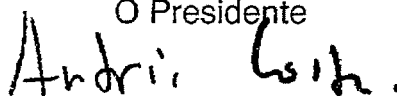
Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de José Osaldo Barbosa;

(Aprovado por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 13 de novembro de 2013

O Presidente



- António Costa -

PROPOSTA 822/2013 – APROVAR AS PROPOSTAS CONTIDAS NO RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAR O CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA EDIFÍCIOS, INSTALAÇÕES E EVENTOS MUNICIPAIS”, BEM COMO SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PROC. 31/CPI/CCM/DP/2013), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 9 da Ordem de Trabalhos, Proposta 822/2013. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Sr. Presidente muito obrigado.

Tanto quanto nos parece desta proposta temos uma questão a levantar. Isto é um concurso publico para aquisições de serviços de limpeza de edifícios e instalações e eventos municipais. Tendo em conta que a partir do dia 1 de Janeiro alguns equipamentos possam vir a passar para as juntas de freguesia, nós gostaríamos de ser esclarecidos sobre como ficas depois estes serviços tês de ser denunciados, se elas ficam amarradas, digamos assim, a este contrato. Gostaríamos de ter esse tipo de esclarecimento porque não queremos estar aqui a assumir decisões que depois acabem por ir onerar as juntas de freguesia em relação a estas situações.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito bem, não havendo mais pedidos de palavra vamos votar. Ponto 9 da Ordem de Trabalhos, Proposta 822/2013, quem vota contra? quem se abstém? Aprovado com a abstenção do PPD/PSD, do PCP, do CDS/PP e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 818/2013 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2Ind.) e 5 abstenções (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP))